



## XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

*Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea*

Florianópolis | Santa Catarina | Brasil  
25, 26 e 27 de novembro de 2019  
ISBN: 978-85-68618-07-3



### **O PATRIMÔNIO SOCIAL E SEUS IMPACTOS NOS INDICADORES DE QUALIDADE DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS CATARINENSES: UMA INVESTIGAÇÃO QUANTITATIVA SOBRE SUAS RELAÇÕES**

**Amerci Borges Da Rosa**

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)  
[amerciborgesdarosa@gmail.com](mailto:amerciborgesdarosa@gmail.com)

**Karina Vidal Bastos**

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)  
[karinavidal12@hotmail.com.br](mailto:karinavidal12@hotmail.com.br)

**Mauricio Andrade De Lima**

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)  
[mauricio.lima@unisul.br](mailto:mauricio.lima@unisul.br)

**Carlos Roberto Montenegro De Lima**

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)  
[carlos.montenegro@unisul.br](mailto:carlos.montenegro@unisul.br)

#### **RESUMO:**

O presente artigo teve como objetivo identificar o nível de relação entre o Patrimônio Social das universidades comunitárias catarinenses e os índices avaliativos do Ministério da Educação (MEC). Quanto aos objetivos da pesquisa trata-se de uma pesquisa descritiva e sua natureza é quantitativa. O objeto de pesquisa foram todas as 13 Universidades Comunitárias do estado de Santa Catarina, sendo que a técnica de coleta de dados foi documental, isto é, análise histórica dos balanços sociais e os índices avaliativos definidos e avaliados pelo Ministério da Educação (MEC) no período de 2010 a 2017. Quanto a técnica de análise de dados foi utilizada estatística descritiva. Quanto aos resultados, foi identificado uma relação positiva entre as variáveis observadas por meio do Coeficiente de Correlação Linear de Pearson, assim como se constatou que as Instituições Catarinenses de Ensino Superior (ICES) que conseguiram aumentar seu patrimônio social ao longo dos anos, obtiveram índices maiores. Como conclusão o estudo sugere que os investimentos na estrutura física das ICES influenciam positivamente os indicadores de qualidade do MEC uma vez que estes investimentos suportam de forma a complementar as demais atividades acadêmicas.

**Palavras-chave:** Universidade Comunitária, Patrimônio Social, indicadores de qualidade, MEC

## 1 INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil, principalmente a partir dos anos de 1995, vem apresentando uma expansão significativa. No período de 1995 a 2014, houve uma expansão no número de matrículas no ensino superior na ordem de 315%, sendo que, na rede pública, o crescimento foi de 175,86% e, na privada, de 407,33% (Censo da Educação Superior - MEC/Inep, 2014). Segundo dados do Censo de Educação Superior 2014 - MEC/INEP o Brasil é o quinto maior mercado de ensino superior do mundo e o maior mercado de ensino superior da América Latina, com aproximadamente 7,8 milhões de estudantes matriculados. Cerca de 83,9% IES brasileiras são faculdades, mas nelas estão matriculados apenas 28,6% dos estudantes. As 195 Universidades no Brasil, em menor número equivalem a 8,2% do total de IES, concentram 53,2% das matrículas dos cursos de graduação. A quase totalidade (90%) dos cursos nas Universidades são na modalidade presencial. A maioria das Universidades é pública (56,9%). O grau acadêmico predominante dos cursos é o bacharelado (55,6%).

A alteração na legislação do setor na década de 1990 forneceu um contexto para que o setor educacional se apresentasse na configuração atual. Antes de 1996, o setor enfrentava fortes restrições regulatórias que impediam a expansão da oferta de ensino superior por IES privadas, muito embora com a constatação da insuficiência dos investimentos públicos nos diversos níveis do setor (SALVIANI, 2010). A partir da promulgação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB* em dezembro de 1996, um conjunto de medidas foi apresentada para atrair o investimento privado para o setor, podendo-se citar a flexibilização das restrições regulatórias para a abertura de cursos e instituições e a regulamentação da lei que permitiu que as IES fossem constituídas como empresas com fins lucrativos (CARVALHO, 2013).

De acordo com Peixoto (2008), com a ampliação do mercado de ensino superior, verificou-se aumento de IES que não atendiam os requisitos básicos necessários para sua funcionalidade, destacando as condições de infraestrutura, recursos humanos e projetos curriculares. Diante das mudanças do quadro legal e de seus desdobramentos, paralelamente, o Brasil buscou diferentes formas e mecanismos para avaliação da educação superior e, como resultado deste processo, originou no ano de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com a proposta de ser, realmente, um sistema integrador, que garantisse informações e análises da totalidade da educação superior permitindo, assim, que políticas educativas fossem instaladas tanto em nível nacional pelos órgãos pertinentes quanto em âmbito institucional, articuladas pelas IES (POLIDORI, 2006).

Ristoff e Giolo (2006, p. 205) fazem uma analogia para explicarem as perspectivas analisadas pelo SINAES: “poderíamos dizer que olhar para a instituição seria como olhar para um edifício, olhar para o curso seria como olhar para apartamento, e olhar para o estudante seria como olhar para o morador”. A análise dessas três perspectivas deve ser realizada de maneira distinta, uma vez que olhamos para um edifício, nos perguntamos se a sua estrutura é forte, se existe espaço suficiente, se atende as normas de segurança, e quando analisamos uma universidade, o pensamento não é diferente, verificando se possui laboratórios, salas de aulas em boas condições, bibliotecas e espaço físico (RISTOFF; GIOLO, 2006). Com esta regulação, as instituições passaram a se preocupar em realizar melhorias em suas instalações, até mesmo construção de novas unidades, reforma das salas e laboratórios já existentes, possibilitando aumentar a demanda de alunos e cursos ofertados, além disso, se posicionamento de forma estratégica no mercado (BRASIL, 2004).

Diante da possibilidade contribuir no processo de reorganizar e planejar a gestão acadêmica e administrativa das IES e, considerando a necessidade de se ampliar o conhecimento sobre um tema inserido em um contexto competitivo e com intensa regulação estatal, decidiu-se por realizar o presente estudo com a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a

relação entre os investimentos realizados pelas ICES em imobilizado, e seus impactos nos indicadores nos indicadores avaliativos do MEC?

Para responder à pergunta esta pesquisa tem como objetivo analisar se os investimentos em imobilizado realizados pelas Instituições Catarinense de Ensino Superior (ICES) impactam nos indicadores avaliativos do MEC.

Trata-se de um estudo quantitativo a partir de informações de 13 ICES sendo que a técnica de coleta de dados foi documental, isto é, análise histórica dos balanços sociais e os índices avaliativos definidos e avaliados pelo Ministério da Educação (MEC) no período de 2010 a 2017. Para a análise de dados foram utilizadas estatística descritiva e multivariada. Ao se analisar a relação dos investimentos do imobilizado com os resultados dos indicadores avaliativos definidos pelo MEC nas ICES em questão, espera-se contribuir de forma efetiva para avaliar o real papel e destes investimentos na busca de um ensino de maior qualidade, assim como, criar oportunidades de estudos sistemáticos no sentido de promover uma compreensão desta relação em potencial.

Esta pesquisa está dividida em quatro seções: 1) Introdução que visa apresentar o trabalho, 2) Referencial teórico, que visar apresentar os conceitos sobre o tem pesquisado, 3) Metodologia, que apresenta os procedimentos realizados na pesquisa, 4) os resultados da pesquisa, onde são relacionados os indicadores, as evoluções dos patrimônios, os indicadores de imobilização, os indicadores do MEC, 5) As considerações finais.

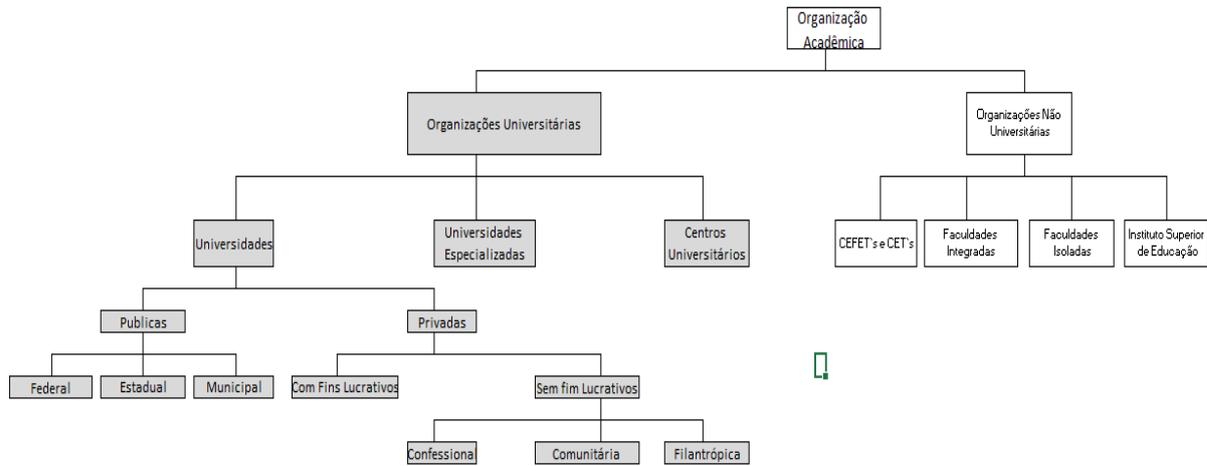
## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 UNIVESIDADES COMUNITÁRIAS E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO**

O setor do ensino superior brasileiro possui a característica de ser bem diversificado, e vem se transformando ao longo dos anos, tanto no setor privado, quanto no público. Neste sentido, para se entender como é estruturado o “universo” das IES no Brasil recorreu-se à legislação pertinente, ou seja, a Lei 9.394/96, nos artigos 16 e 20 e, mais especialmente o Decreto 3.860/2001 na qual são classificadas as IES em: Organizações Universitárias e Não Universitárias (Figura 1).

As organizações universitárias são divididas em: universidades, universidades especializadas e centros universitários. Ainda no grupo das Universidades, podem ser classificadas em públicas (federal, estadual ou municipal), privadas com fins lucrativos ou privadas sem fins lucrativos (comunitária, confessionais ou filantrópicas). As não universitárias dividem-se em: Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Centros de Educação Tecnológica (CETs), faculdades integradas, faculdades isoladas e institutos superiores de educação (MONDINE E DOMINGUES, 2005).

Figura 1 - Organização Administrativa das IES



Fonte: Adaptado de Mondine e Domingues, 2005.

No setor privado é possível distinguir o posicionamento das universidades em dois segmentos: com fins lucrativos (empresariais) e sem fins lucrativos (confessional, comunitária e filantrópica (BITTAR, 2001). A expansão dessas universidades ocorreu de forma rápida e considerável, demonstrando que elas poderiam se posicionar como concorrentes do setor público, buscando ainda o apoio do governo.

As Universidades comunitárias se apresentam de diversas formas, de acordo com Bittar (1999), possuindo identidades distintas de outras instituições do ensino superior, sendo que algumas estão mais adiantadas neste processo de construção de identidade do que as outras. Para Vannucchi (2004) mesmo que as instituições privadas sejam caracterizadas como pessoas jurídicas, ainda assim, são exigidas pela sociedade, para apresentar um ensino/produto de qualidade.

Para Schmidt (2010) as universidades comunitárias são criadas pela comunidade com objetivo de fornecer serviços considerados de interesse público, porém realizado por uma instituição privada. Neste mesmo entendimento, para Lückmann, Cimadon e Bernart (2015), estas instituições realizam os serviços em substituição do estado, e apesar de serem consideradas entidades privadas, podem ser chamadas de públicas, pelo aspecto de público não estatal. Enquanto as IES públicas são assim consideradas pelo fato de usar capital público, as comunitárias são chamadas de públicas, porém usam recursos privado e público.

Visando atender os anseios da sociedade, e ainda atender as exigências da regulamentação e controle por parte do governo, é que passou-se a fazer as avaliações das entidades. Para Dias Sobrinho (2010) as avaliações produzem mudanças no sistema de ensino, avaliações, conceitos no sistema educativo, para que estas mudanças surtam resultados, mas ainda carecem de investimentos por parte das entidades. Corroborando com Dias Sobrinho (2010), Ristoff e Giolo (2006) entendem que os sistemas de avaliação visam a manter a diversidade e as particularidades de cada organização acadêmica, porém o que não limita são os esforços para atender tais necessidades.

No aspecto mercadológico, não se pode afirmar que toda educação superior tem como função servir o mercado, mas visam trazer benefícios para a sociedade, Dias Sobrinho (2004) entende que a avaliação tende a gerar uma formação para cidadania. Para Junior (2009) os modelos criados no governo Fernando Henrique Cardoso tinham um caráter individual, enquanto os modelos anteriores tinham um caráter formativo.

Em 2004, a Lei no. 10.861 criou o SINAES. Este novo sistema de avaliação busca avaliar as instituições universitárias em todos os seus aspectos, tais como: avaliação dos cursos, dos estudantes e a instituição. Esta avaliação visa melhorar a qualidade de ensino, dos cursos, além de verificar a confiabilidade da instituição (MEC, 2019). Com estes resultados, é possível delinear a atual situação das instituições brasileiras de ensino, além de verificar a qualidade de ensino oferecido.

De acordo com Abreu Junior (2009, p. 265): “não se trata de avaliar isoladamente conhecimentos, docentes individuais, estudantes como categoria separada. Trata-se de avaliar a instituição como um todo”. Esse novo sistema de avaliação possibilitou centralizar a informação, considerando todos os seus componentes. Com esta necessidade de melhoria na qualidade do ensino superior, os novos processos de avaliação geram maior confiabilidade nas instituições de ensino, nos cursos ofertados e desempenho dos acadêmicos, destacando ainda, que os instrumentos de avaliação trabalham de forma complementar, buscando resultados de forma integrada.

Neste sentido, Abreu Junior (2004) cita que o SINAES pode ser considerado um sistema que integra os instrumentos de avaliação, os instrumentos de informações, os espaços de avaliação do MEC, a auto avaliação interna e externa, buscando articular a avaliação e a regulação propiciando a avaliação e os objetivos de políticas para a educação superior. Para Dias Sobrinho (2010) o SINAES vem propor uma avaliação global e integradora, mais do que um simples instrumento, e fundamenta-se em uma avaliação integrada, com objetivo de unir a avaliação e a regulação.

O SINAES possui cinco tipos de avaliação, com notas de 1 a 5: a) Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes: prova aplicada (referente ao conteúdo do curso) aos alunos do curso de graduação, ingressantes e concluintes; b) CI – Conceito Institucional: avaliação in loco, feita pelo MEC, por meio de visitas às instituições de ensino; c) CPC – Conceito Preliminar de Cursos: sendo considerada avaliação dos alunos referente à instituição, curso e corpo docente; d) IDD – Índice de Desenvolvimento Discente: busca avaliar a capacidade da instituição em transmitir conhecimento ao aluno; 4) IGC – Índice Geral de Cursos: avalia a instituição de modo geral, sendo referência no quesito de qualidade nos cursos de graduação e pós-graduação (INEP, 2019).

Para Silva e Gomes (2011), A avaliação institucional é avaliada por meio de visitas in loco, pela comissão especializada, com o intuito de analisar e avaliar as instalações, estrutura das salas de aula, equipamentos, corpo docente e organização didático- pedagógica. Na avaliação institucional, os avaliadores avaliam as condições físicas, oferecidas aos alunos, neste sentido a instituições realizam os investimentos necessários para atender as exigências.

Alguns aspectos são ajustados neste método avaliativo das instituições, como: adequação da infraestrutura por meio de bibliotecas, sala de aulas, laboratórios, conforme demanda da instituição, além da implantação de políticas de conservação, utilização e segurança. Após a finalização desse processo, serão atualizados os processos de regulação (BRASIL, 2004).

Os cursos superiores têm a função de desenvolver o potencial e as habilidades dos alunos, para isso o projeto pedagógico deve conter os elementos que norteiam o curso, deve identificar as condições oferecidas aos alunos. Neste sentido, deve organizar as relações pedagógicas, o corpo social e as instalações oferecidas. (DE BRITO, 2008). Visando atender os aspectos da avaliação do SINAES, no quesito da avaliação institucional é que as ICES são incentivadas a realizar os investimentos necessários, a fim de obter bons conceitos nas avaliações.

Neste sentido Ristoff e Giolo (2006) fazem uma analogia da avaliação dos SINAES com um edifício, onde o olhar para a instituição com um prédio os apartamentos que seriam os cursos. Trazendo este contexto para os investimentos que as instituições têm que direcionar, para que a instituição e os cursos tenham boas condições de uso e atendam às necessidades no MEC é que entram os valores que são alocados em immobilizados.

## 2.2 ÍNDICE GERAL DE CURSOS – IGC E CONCEITO INSTITUCIONAL – CI

O IGC é um indicador que busca verificar a qualidade da instituição, nivelando as instituições e os cursos ofertados na graduação, pós-graduação e mestrado, além de posicioná-las diante do mercado, e de certa forma criar um comparativo de qualidade entre elas. Em todos os instrumentos de avaliação as notas variam de 1 a 5, sendo que 1 e 2 são consideradas ruins, nota 3 é considerada regular e notas 4 e 5 são consideradas o conceito máximo. (INEP 2019)

Este índice considera a infraestrutura da universidade, planejamento didático e corpo docente. Com o passar dos anos, o IGC se tornou um grande potencial de publicidade para as universidades, uma vez alcançada a nota máxima ou regular, seja pelo curso ofertado ou a instituição de maneira geral, ela acaba se tornando um alvo com maior credibilidade e segurança para quem está buscando uma IES (BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES, 2009).

Conforme dados do INEP (2019), para composição da nota do IGC são utilizados os seguintes critérios: a) média dos CPCs do último triênio, referente aos cursos avaliados da instituição, através da quantidade de matrículas conforme o curso; b) média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, fornecido pela CAPES de acordo com a última avaliação trienal disponível, sendo verificada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes; c) ocorre a distribuição dos estudantes conforme os níveis de ensino, graduação ou pós-graduação *stricto sensu* (para as instituições que não ofertam cursos de pós-graduação, o item b é excluído).

Neste sentido, Peixoto (2008) complementa que o IGC é resultado das avaliações realizadas nos cursos por meio do ENADE, combinados com os resultados das avaliações da pós-graduação e da formação acadêmica e função desempenhada pelo corpo docente na IES.

O CI é realizado por meio de visitas nas IES realizadas por especialistas enviados pelo MEC, em que são avaliadas as instalações da universidade, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, os colaboradores, corpo docente, gestão, políticas de ensino aplicadas na graduação, pós-graduação e extensão (BRASIL, 2004, p. 10):

O conceito da avaliação externa envolve diretamente a infraestrutura física de ensino, pesquisa, biblioteca, laboratórios, recursos de informação e comunicação, que devem estar de acordo com as informações nos documentos oficiais. Além disso, outros aspectos são pautados na avaliação como: administração, organização e gestão da universidade,

planejamento e avaliação, responsabilidade social, políticas internas dos funcionários e políticas de ensino, pesquisa, pós graduação e extensão (BRASIL, 2010). O INEP (2019) destaca ainda que a avaliação institucional das IES é importante para melhoria da qualidade da Educação Superior, ajustando seus padrões, conforme define os instrumentos de avaliação, atingindo o objetivo traçado.

### 2.3 INFLUÊNCIA DO GRAU DE IMOBILIZAÇÃO

De acordo com as informações obtidas em INEP (2019), o CI visa averiguar as instalações, os equipamentos, portanto, entende-se que a estrutura física da ICES avaliada possui influência sobre o indicador. Ainda os autores Ristoff e Giolo (2006), Silva e Gomes (2011) apontam que a avaliação dos SINAES passa por uma avaliação da estrutura física.

O grau de immobilização - GI representa o quanto as entidades destinaram do patrimônio social para o immobilizado. Este indicador informa o quanto a entidade destina dos valores patrimoniais para o immobilizado (MATARAZZO, 2017), que é calculado pela fórmula 1:

$$GI = (\text{ativo immobilizado} / \text{patrimônio social}) \times 100 \quad (1)$$

As fundações são consideradas entidades públicas, conforme afirmam Silveira e Borba (2010), uma vez que estão sujeitas às normas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, no artigo 70 parágrafo único, à da Lei 9.790, de 23 de março de 1999. Portanto, uma de suas obrigações é prestar contas para a sociedade. Mediante a prestação de contas, fiscalizadas pelo Ministério Público, a sociedade passou a ter livre acesso às informações contábeis, principalmente a comunidade na qual estas instituições estão inseridas, conforme afirmam Kruger, Borba e Silva (2012).

Para Frezatti (2001), os indicadores de longo prazo têm uma relação com o planejamento estratégico da entidade. Esta relação torna-se evidente quando a entidade visa obter os indicadores aceitáveis nas avaliações do MEC. Segundo Fant (2016), quanto mais se aplica no longo prazo, mais falta recurso para aplicar no curto prazo. Ora, se empresa destina grande parte dos recursos para o immobilizado, logicamente que falta para aplicar no curto prazo. Souza et al. (2009) corroboram com este entendimento que o GI aponta o quanto a entidade está destinando ao immobilizado. Sendo assim, quanto maior for este indicador, menor serão os recursos aplicados no circulante.

Para Lyra e Olinquevitch (2007) fazer um investimento em immobilizado é comprometer os recursos de forma durável, com a expectativa de rentabilidade no longo prazo. Sendo assim, o gestor sacrifica um recurso imediato, com o intuito de retorno futuros. Para os autores, estes investimentos em immobilizados devem surtir resultados futuros, estes rendimentos devem ser superiores aos investimentos. Segundo Grazioli et al. (2015), o immobilizado representa os bens próprios utilizados na manutenção das entidades, e são usados na atividade da entidade. Sendo assim, representa os imóveis, instalações, mobiliário, veículos. No caso das ICES, representam todo corpo de instalações que está à disposição dos alunos.

Autores como Dias Sobrinho (2010); Ristoff e Giolo (2006) defendem que a avaliação deve gerar conhecimentos, já os autores Silva e Gomes (2011), a avaliação deve se envolver com os aspectos institucionais. Para atender as necessidades das avaliações as

entidades necessitam de investimentos, segundo Lyra e Olinquevitch (2007), os investimentos devem gerar resultados, e para uma ICES estes resultados futuros estão atrelados aos indicadores das avaliações realizadas pelo SINAES, que medem a qualidade do ensino.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, quanto aos objetivos, é considerada descritiva, pois segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva visa descrever uma população, estabelecendo uma relação entre variáveis. Quanto a natureza, caracteriza-se por uma pesquisa quantitativa (HAIR Jr et al., 2005); CRESWELL, 2007). Quanto a escolha do objeto de estudo foi utilizada uma amostragem probabilística. Inicialmente seriam utilizados dados das 16 universidades integrantes da Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACADE. No entanto, para a realização da pesquisa, chegou-se na amostra de 13 ICES que foram selecionadas a partir da forma jurídica, isto é, as ICES comunitárias foram escolhidas por serem constituídas sob o formato da fundação privada, por usarem o mesmo padrão de contabilidade, uma vez que são regulamentadas pela mesma norma contábil. O quadro 1 relaciona as ICES selecionadas para a presente pesquisa.

Quadro 1 – Relação de ICES selecionadas para a pesquisa

ORDEM	NOME	MUNICÍPIO SEDE	SITE
1	UNIFEBE - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE	Brusque	<a href="http://www.unifebe.edu.br">www.unifebe.edu.br</a>
2	UNIBAVE - CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE	Orleans	<a href="http://www.unibave.net">www.unibave.net</a>
3	UNIDAVI - CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAI	Rio do Sul	<a href="http://www.unidavi.edu.br">www.unidavi.edu.br</a>
4	CATÓLICA SC - CATÓLICA DE SANTA CATARINA	Jaraguá do Sul	<a href="http://www.catolicasc.org.br">www.catolicasc.org.br</a>
5	UNIPLAC - UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	Lages	<a href="http://www.uniplac.net">www.uniplac.net</a>
6	UNESC - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	Criciúma	<a href="http://www.unesc.net">www.unesc.net</a>
7	UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	Joinville	<a href="http://www.univille.br">www.univille.br</a>
8	UNIVALI - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	Itajaí	<a href="http://www.univali.br">www.univali.br</a>
9	UNC - UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	Mafra	<a href="http://www.unc.br">www.unc.br</a>
10	UNOESC - UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	Joaçaba	<a href="http://www.unoesc.edu.br">www.unoesc.edu.br</a>
11	UNOCHAPECÓ - UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	Chapecó	<a href="http://www.unochapeco.edu.br">www.unochapeco.edu.br</a>
12	UNIARP - UNIVERSIDADE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	Caçador	<a href="http://www.uniarp.edu.br">www.uniarp.edu.br</a>
13	UNISUL - UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	Tubarão	<a href="http://www.unisul.br">http://www.unisul.br</a>

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto a coleta dos dados, a pesquisa dos demonstrativos contábeis ocorreu no *site* de cada universidade. Para as entidades que não foi possível obter via *site*, os demonstrativos foram solicitados via *e-mail*, sendo que foram obtidos 100% dos demonstrativos relacionados na amostra.

A pesquisa dos indicadores de IGC e CI foi realizada no *site* <http://emec.mec.gov.br/>, em 10/02/2019, utilizando a consulta avançada, selecionando o nome da instituição, em conjunto com a unidade de federação UF - no caso o estado de Santa Catarina. Uma vez definido o filtro do *site* do MEC, os dados foram extraídos em planilha do Microsoft Excel, sendo uma planilha para cada ICES selecionada.

Para a análise dos dados primeiramente são adequadas as informações dos demonstrativos, para se obter as informações do valor do Imobilizado e o valor do patrimônio social de cada ICES. Posteriormente são calculados o GI, são relacionados com o patrimônio social, e comparados em gráfico com o GI.

Em uma segunda etapa, com o intuito de fornecer um resumo simples sobre a amostra e sobre as observações que serão feitas se fará uso da estatística descritiva. Em posse destes resumos será obtida a base da descrição inicial dos dados, como parte de uma análise estatística mais extensa, que se realizará em momento seguinte. Para medir a relação existente entre os dados será usado do Coeficiente de Correlação Linear de Pearson, que é apropriado para descrever a correlação linear entre os dados numéricos. Quando os dados estão correlacionados positivamente, significa dizer que os dados estão correlacionados; quando os dados são correlacionados negativamente, significa dizer que não há correlação entre os dados apresentados. Para cálculo do coeficiente de Pearson, será usado a fórmula 2.

$$r = \frac{\sum(x'.y')}{n-1} \quad (2)$$

Segundo Barbetta (2009), a co-relação numérica caracteriza-se por uma associação numérica, não sendo considerada uma relação de causa e efeito, com isso não é possível afirmar que o fato de apresentar um GI alto, necessariamente a entidade terá o maior conceito do MEC. Como o uso da ferramenta de correlação é um passo intermediário da análise, é necessário fazer uso de outra ferramenta estatística.

Em teoria da probabilidade e estatística, correlação, também chamada de coeficiente de correlação, indica a força e a direção do relacionamento linear entre duas variáveis aleatórias. No uso estatístico geral, *correlação* ou co-relação se refere a medida da relação entre duas variáveis, embora correlação não implique causalidade. Neste sentido geral, existem vários coeficientes medindo o grau de correlação, adaptados à natureza dos dados. Vários coeficientes são utilizados para situações diferentes. O mais conhecido é o coeficiente de correlação de Pearson, o qual é obtido dividindo a covariância de duas variáveis pelo produto de seus desvios padrão. Apesar do nome, ela foi apresentada inicialmente por Francis Galton. A correlação falha em capturar dependência em algumas instâncias. Em geral é possível mostrar que há pares de variáveis aleatórias com forte dependência estatística e que, no entanto, apresentam correlação nula. Para esse caso devem-se usar outras medidas de dependência.

## 4 RESULTADOS DA PESQUISA

### 4.1 ANÁLISE DO PATRIMÔNIO SOCIAL X IMOBILIZADO DAS ICES

Nesta seção do artigo será feito uma análise sobre a relação do GI comparando as entidades com a média e a mediana, apanhando a evolução do patrimônio social das ICES durante o período de 2010 a 2017. Ainda será feito uma análise dos índices do MEC, e análise da co-relação com os investimentos em imobilizado. O quadro 2, apresenta a mediana do patrimônio social, a média do percentual de imobilização, e a mediana da imobilização.

Quadro 2 - Mediana Patrimônio Social, Média e Mediana imobilização

ANO	MEDIANA DO PATRIMÔNIO SOCIAL	MÉDIA DO PERCENTUAL DE IMOBILIZAÇÃO	MEDIANA DO PERCENTUAL DE IMOBILIZAÇÃO
2010	40.482.574,83	178,00%	129,67%
2011	36.680.181,91	283,05%	128,65%
2012	36.129.211,03	164,41%	111,48%
2013	57.466.925,73	153,87%	112,71%
2014	57.443.325,74	159,44%	118,03%
2015	86.873.051,77	101,62%	96,98%
2016	91.599.080,96	118,15%	98,43%
2017	94.090.198,69	116,45%	102,52%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

No ano 2010 a mediana do patrimônio Social ficou em R\$ 40.482.574,83, seis entidades estão acima da mediana, e somam 84,06% do patrimônio social total. Apenas três ICES (UNISUL, UNC e UNOCHAPECÓ) estão entre as que tem patrimônio acima da mediana, e o percentual de imobilização se encontra acima da mediana, já as entidades UNIPLAC, UNIBAVE e UNESC possuem valores de imobilização acima da mediana, porém os valores dos patrimônios destas instituições estão abaixo do mediana.

No ano de 2011, a mediana do patrimônio social ficou em R\$ 36.680.181,91, sendo que as seis entidades que estão acima da mediana somam 87,97% do patrimônio social total. Comparando a concentração de patrimônio acima da mediana, percebe-se aumentou a concentração, ou seja, cinco entidades detêm 87,97% do patrimônio total apurado.

No ano de 2012, a mediana do patrimônio social apresentou uma redução e resultou em R\$ 36.129.211,03, e as seis entidades que estão acima da mediana, somam 88,52% do patrimônio social total. No ano de 2012, apenas quatro ICES tiveram os investimentos acima da média, este indicador em relação ao ano de 2011 melhorou e as ICES UNIPLAC, UNC, UNIBAVE e UNISUL tiveram a sua imobilização acima da média. Quanto à Mediana, esta ficou em 111,48%, de modo que houve uma pequena mudança entre as ICES em relação a 2012 em relação ao ano de 2011, a UNESC que estava em 2011 acima da mediana para 2012, ficou abaixo; já a UNIFEBE que está abaixo neste ano passou a ser a mediana.

No ano de 2013, a mediana do patrimônio social passou para R\$ 57.466.925,73, sendo um acréscimo de 59,06%, as seis entidades que estão acima da mediana somam 79,12% do patrimônio social total. Com relação a média dos investimentos, estes tiveram uma redução de 10,54%, a média para este período ficou em 153,87%. Apenas três ICES tiveram os investimentos acima da média, representando um aumento da concentração de entidades.

Para o ano de 2014, a mediana do patrimônio social apresentou uma pequena redução, e concentração de patrimônio das seis entidades que estão acima da mediana, somam 78,32% do patrimônio social total. A média de investimentos das ICES em relação ao período anterior aumentou 5,57%. Por este ângulo pode-se afirmar que houve um aumento nas imobilizações da ICES, e ainda verificou-se acima da média dos investimentos três ICES (UNIVALI, UNIPLAC e UNISUL). Estas mesmas ICES tiveram investimentos acima da média nos anos de 2014 e 2013.

No ano de 2015, a mediana do patrimônio social voltou a ter um crescimento, representativo de 51,23% em relação ao ano de 2014, porém as seis entidades que estão acima da mediana somam 81,35% do patrimônio social total. No exercício de 2015, a UNIPLAC apresentou um patrimônio social líquido de R\$ -21.390.878,89. Com este resultado a análise da média e das mediana das ICES foi prejudicada. Deste modo, as análises foram realizadas considerando os resultados apurados sem nenhum ajuste. A média de imobilização no ano de 2015 diminuiu em relação ao ano anterior, influenciada pelo patrimônio negativo apontado pela UNIPLAC.

No ano de 2016, a mediana do patrimônio social mostrou um crescimento, crescendo apenas 5,44%. As seis entidades que estão acima da mediana somam 82,76% do patrimônio social total. No ano de 2016, a média aumentou comparando com o ano de 2015. Em relação às ICES que se posicionaram acima da média identificou-se cinco ICES (UNIPLAC, UNISUL, UNIFEBE, UNESC e UNC). Em 2015, o número de ICES acima da média foi seis.

No ano de 2017, a mediana do patrimônio social obteve crescimento inferior em relação ao ano de 2016. As seis entidades que estão acima da mediana somam 81,83% do patrimônio social total. No ano de 2017, a média das imobilizações das ICES diminuiu em relação ao ano de 2016, e cinco ICES (UNIPLAC, UNISUL, UNESC, UNIFEBE e UNC) tiveram o indicador de imobilização acima da média das demais entidades.

#### 4.2 INDICADORES DO MEC, CONCEITO INSTITUCIONAL

Conforme a pesquisa realizada, serão apresentados os indicadores do Conceito Institucional de cada ICES, conforme pesquisa realizada no *site* do MEC.

Quadro 3 - Conceito Institucional das ICES.

CI - CONCEITO INSTITUCIONAL								
ICES	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CATÓLICA	-	-	-	-	-	4	-	-
UNC	-	-	-	-	-	-	-	-
UNESC	-	-	-	-	-	4	-	-
UNIARP	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIBAVE	-	-	-	-	-	-	-	4
UNIDAVI	-	-	-	-	-	-	-	-

UNIFEBE	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIPLAC	-	-	-	-	-	-	-	4
UNISUL	-	-	-	-	-	-	-	5
UNIVALI	-	-	-	-	-	-	-	4
UNIVILLE	-	-	-	-	-	-	-	-
UNOCHAPECÓ	-	-	-	-	-	-	-	5
UNOESC	-	-	-	-	-	-	-	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Conforme quadro 3 apresentado, as ICES passaram a apresentar os CI do ano de 2015 em diante, mas o ano de 2017, foi o ano mais expressivo, em que ocorreu o maior número de ICES com os indicadores relacionados. No entanto, apenas duas ICES apresentam CI 5 (UNISUL e UNOCHAPECÓ).

#### 4.3 – MÉDIA DO INDICADOR DE IMOBILIZAÇÃO X INDICADOR DO MEC.

Aqui será feita uma pequena discussão no sentido de verificar se as ICES com maior GI são as ICES que possuem os maiores CI.

Quadro 4 - Comparativo da média de imobilização x Indicador do MEC

<b>COMPARATIVO DA MÉDIA DE IMOBILIZAÇÃO DO PERÍODO (2010 A 2017)</b>			
<b>IC</b>	<b>RANKING IMOBILIZAÇÃO</b>	<b>MÉDIA</b>	<b>CI - 2017</b>
UNIPLAC	1º	582,63%	4
UNIVALI	2º	209,66%	4
UNISUL	3º	162,63%	5
UNC	4º	159,01%	0
UNESC	5º	125,13%	0
UNIBAVE	6º	123,62%	4
UNIFEBE	7º	119,86%	0
UNOCHAPECÓ	8º	110,40%	5
CATÓLICA	9º	109,96%	0
UNIVILLE	10º	109,58%	0
UNIARP	11º	96,98%	0
UNOESC	12º	90,14%	4
UNIDAVI	13º	72,27%	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Para a criação do quadro 4, fez-se a média de imobilização de cada ICES no período de 2010 a 2017 e chegou-se no presente quadro. O presente quadro apresenta uma média geral de 159,37%, isso quer dizer que as ICES estão imobilizando o patrimônio social em 159,37%

em média, e que, no geral, apenas três ICES tiveram valores acima desta média. Já a mediana ficou em 119,86%. Acima da mediana identificou-se 2 entidades com conceito 4 e uma com conceito 5, e abaixo da mediana uma instituição com 5 e uma com conceito 4. Porém as três ICES como o maior GI, tem conceito 4 e 5. Esta informação leva a entender que o GI interfere no conceito do MEC, mas isso não é suficiente para fazer esta afirmação. Para testar esta hipótese será usado na próxima seção uma análise de correlação numérica e uma análise do Coeficiente de Correlação Linear de Pearson.

#### 4.4 - ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE O INDICADOR DO CONCEITO INSTITUCIONAL E O GRAU DE IMOBILIZAÇÃO.

Para cálculo do valor do “r”, será usada a tabela de cálculos intermediários, e a soma dos produtos será o resultado da  $\sum(x'.y')$ , que logo após será dividido por (n-1), conforme a tabela 4.

Tabela 4: Cálculos intermediários para se obter o R

ICES	VALORES ORIGINAIS		VALORES PADRONIZADOS		PRODUTO (X.Y)
	X - GI	Y - CI	X - GI	Y - CI	
UNIPLAC	5,83	4,00	3,20	0,88	2,82
UNIVALI	2,10	4,00	0,38	0,88	0,34
UNISUL	1,63	5,00	0,02	1,32	0,03
UNC	1,59	0,00	0,00	-0,88	0,00
UNESC	1,25	0,00	-0,26	-0,88	0,23
UNIBAVE	1,24	4,00	-0,27	0,88	-0,24
UNIFEBE	1,20	0,00	-0,30	-0,88	0,26
UNOCHAPECÓ	1,10	5,00	-0,37	1,32	-0,49
CATÓLICA	1,10	0,00	-0,37	-0,88	0,33
UNIVILLE	1,10	0,00	-0,38	-0,88	0,33
UNIARP	0,97	0,00	-0,47	-0,88	0,42
UNOESC	0,90	4,00	-0,52	0,88	-0,46
UNIDAVI	0,72	0,00	-0,66	-0,88	0,58
SOMA	20,72	26,00	0,00	0,00	4,15
MÉDIA	1,59	2,00	0,00	0,00	
DESVIO PADRÃO	1,32	2,27	1,00	1,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Fazendo-se ao cálculo do coeficiente de Pearson, a partir dos dados apresentados conforme aplicação da fórmula 3.

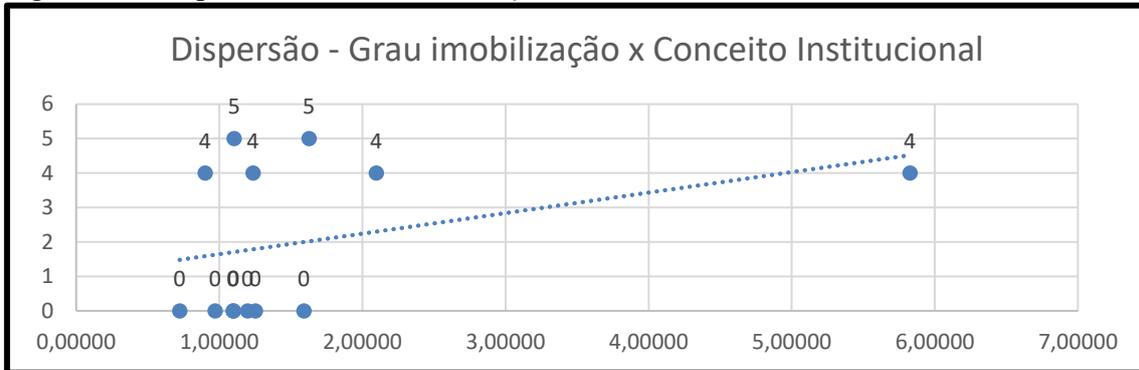
$$r = \frac{\sum(x'.y')}{n-1} = \frac{4,15}{12} = 0,3458 \quad (3)$$

Segundo Barbeta (2014), estes resultados dos produtos, com valor positivo, indicam que existe uma relação positiva entre os dados, como o resultado dos produtos foram de 4,15,

dividido pelo  $n-1$ , onde o “ $n$ ” é o número de ICES usadas neste cálculo, então chegou-se no resultado positivo de 0,3458 ou seja, positivo, isso já indica uma correlação fraca entre os indicadores do MEC e o GI das ICES.

Mesmo o resultado apontando que existe uma relação positiva, entre o GI com os indicadores do MEC, a figura 9 mostra a disposição dos dados no gráfico.

Figura: 1 – Dispersão – Grau Imobilização x Conceito Institucional



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Fazendo-se uma análise do gráfico de dispersão, pode-se afirmar que os dados possuem relação entre si, pois os dados estão alinhados em torno de uma linha imaginária. Diante desta análise com base nos dados apresentados, pode-se afirmar que existe uma relação entre o GI e o CI. Mesmo as ICES tendo um GI alto, significa dizer que terá um bom CI, este investimento realizado pela ICES se reflete em um bom conceito, conforme avaliação do MEC.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa atendeu o objetivo principal, que foi analisar se os investimentos realizados em imobilizado realizados pelas ICES catarinenses impactam nos indicadores avaliados pelo MEC. Conforme análise do Coeficiente de Correlação Linear de Pearson, os dados apontam que há uma relação positiva, entre o GI e o CI. Diante dos resultados apresentados, chegou-se à conclusão de que os investimentos em estrutura física, interferem nos indicadores do MEC. Sendo assim, pode-se chegar na conclusão que as melhores universidades são as que mais investiram em estrutura física.

As seis universidades que apresentam patrimônio acima da mediana concentram os maiores patrimônios, ou seja, o mínimo que se encontrou foi 78,32% em 2014 e o mais alto foi 88,52% em 2012, sendo assim conclui-se que seis ICES concentram, mais da metade do Patrimônio total. Conclui-se também que as universidades que mais apresentam o maior GI, são as ICES que estão abaixo da mediana do patrimônio social. Apenas no ano de 2015 4 ICES acima da mediana entre as que mais investiram. Diante dos dados apresentados, conclui-se que entidades menores estão destinando grande parte dos recursos para os investimentos em imobilizado.

Percebeu-se que as ICES com o maior GI no período analisado apresentaram no ano de 2017 conceitos 4 e 5 no MEC, e apenas duas entidades abaixo da mediana do GI tiveram

conceito 4 e 5. As três universidades com o GI, estão com conceitos 4 e 5, apenas por esta análise descritiva dos indicadores,

Para trabalhos futuros recomenda-se uma pesquisa que acompanhe a evolução do patrimônio após 2017, e com isso compare os indicadores do MEC, para que sejam realizados os testes estatísticos a fim de comprovar se as entidades que mais investiram no período anterior apresentaram conceito máximo, utilizando os dados após 2017 e verificando se os investimentos influenciaram nos novos conceitos do MEC.

Os investimentos em imobilizado nas ICES são relevantes, quando há um investimento acima de 100 para o imobilizado, os autores entendem que há uma falta de capital para aplicar no ativo circulante. Sendo assim recomenda-se como pesquisa complementar ao presente artigo, uma análise do capital de giros destas instituições, afim de comparar se as ICES com GI acima de 100 estão com dificuldade de liquidez ou não.

## REFERÊNCIAS

- ACAFE – ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS. **Sobre a ACAFE**. Disponível em: < <http://new.acafe.org.br/acafe/>>. Acesso em: 14 fev. 2019.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 9. ed. Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.
- BARREIRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Percurso da avaliação da educação superior nos Governos Lula. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 61-76, jan./mar. 2014.
- BITTAR, Mariluce. O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 6, n. 2, p. 33-42, jun. 2001.
- BITTAR, Mariluce. **Universidade comunitária: uma identidade em construção**. São Carlos, 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos.
- BITTENCOURT, Radke Hélio; CASARTELLI, Alam de Oliveira; RODRIGUES, Alziro César de Moraes. **Sobre o índice geral de cursos (IGC)**. 2009
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) **Roteiro de auto-avaliação institucional orientações gerais 2004**.pdf. Brasília: MEC/CONAES/SESU/ INEP, 2004c.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES: **INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA**. Brasília: MEC/CONAES/ INEP/DAES, 2010.
- COOPER; D.R; SCHINDLER, P.S. **Método de pesquisa em Administração**. 7.ed. Porto Alegre: Bookmann, 2011
- CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BRITO, Márcia Regina F. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. **Avaliação-Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 13, n. 3, 2008.

- LYRA, Ricardo Luiz Wust Correa; OLINQUEVITCH, José Leônidas. Análise do conteúdo informacional dos investimentos em ativos imobilizados: Um estudo de eventos em empresas negociadas na BOVESPA. **Revista Universo Contábil**, v. 3, n. 2, p. 39-54, 2007.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao sinaes. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v.15, n.1, p.195-224, mar.2010.
- FANTI, Leonardo Donizete et al. Análise dos principais indicadores contábeis e financeiros: um estudo de caso sobre a vale s/a nos anos de 2011 e 2012. **Desafio Online**, v. 4, n. 1, p. 100-116, 2016.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- GRAZZIOLI A. *et. al.* **Manual de procedimentos para o Terceiro Setor**. Aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo\\_MTS\\_web.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2019.
- HAIR JR, J.F; BABIN, B; MONEY, A.H; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Avaliação Institucional**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/avaliacao-institucional>>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice Geral de Cursos (IGC)**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc>>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinaes**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinaes>>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- ABREU JÚNIOR, N. Sistema (s) de avaliação da educação superior brasileira. **Caderno CEDES, Campinas**, v. 29, n. 78, p. 257-269, 2009.
- JÚNIOR, Nelson de Abreu. Sistema(s) de avaliação da educação superior brasileira. **Caderno Cedex Campinas**. v. 29, n. 78, p. 257-269, maio/ago. 2009.
- KRÜGER, *Letícia Meurer*. BORBA, José Alonso. DA SILVEIRA, Douglas. Análise da conformidade das demonstrações contábeis das fundações privadas de saúde do estado de Santa Catarina. **RIC-Revista de Informação Contábil-ISSN: 1982-3967**, v. 6, n. 1, p. 01-22.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeiras de Balanços. Abordagem Gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017
- MEC- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/270-programas-e-aco-es-1921564125/sinaes-2075672111/12303-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda. Avaliação Institucional Externa do Sinaes: considerações sobre a prática recente. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 11-36, mar. 2010.
- Pinto, Rafael. **Universidade comunitária e avaliação institucional: o caso das universidades comunitárias gaúchas**. 2008.
- RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O Sinaes como Sistema. **R B P G**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.

- SALVIANI, Roberto. Desenvolvimento, antropologia e “participação”. Uma proposta de reflexão crítica. **Anuário Antropológico**, n. I, p. 227-261, 2010.
- SCHIMDT, João Pedro Schmidt. O comunitário em tempos de público não estatal. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 9-40, mar. 2010.
- SILVA, Assis Leão; GOMES, Alfredo Macedo. Avaliação Institucional no Contexto do Sinaes: a CPA em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p. 573-601, nov. 2011
- SILVEIRA, D.; BORBA, J. A. Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 1, p. 41-68, 2010.
- DIAS SOBRINHO, José Dias. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação Sociedade Campinas**, v. 25, n. 88, p. 703-725, Especial - Out. 2004.
- VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária**. São Paulo: Loyola, 2004.